

Sumário

Uma Viragem Cultural no Direito Administrativo

Brasileiro (à Guisa de Introdução) 1

Edilson Pereira Nobre Júnior

Repercussões do art. 21 da LINDB para o Controle Interpretativo

das Decisões que Invalidam Atos Administrativos 9

Pedro de Oliveira Alves

1. Introdução	9
2. Desenvolvimento da noção de controle da interpretação jurídica no direito público	11
3. Compreensão do dever de consideração das consequências na reforma da LINDB	13
4. A exigência de regularização proporcional no parágrafo único do art. 21: Qual sua aplicabilidade?.....	17
5. Novos parâmetros para a racionalidade administrativa: o que esperar da “administração de resultados”?.....	20
6. Considerações finais	23
7. Referências.....	25

A Primazia da Realidade na Gestão Pública: como Proporcionar um Controle da Administração Pública de Forma Mais Eficaz? 29

Pedro Dias de Oliveira Netto

1. Introdução	29
2. Desafios inerentes à atividade do gestor público	30
3. Controle da administração pública e seus entraves práticos	36
4. Sanção administrativa e os parâmetros de aplicação.....	41
5. Considerações finais	47

6. Referências.....	48
---------------------	----

**O Art. 24 da LINDB, a Reafirmação Legal do Princípio
Segurança Jurídica e a sua Aplicação ao Direito Tributário:
uma Análise voltada para a Jurisprudência do CARF** 53

Danielle Victor Ambrosano

1. Análise de conteúdo do art. 24 da LINDB.....	54
2. O art. 24 da LINDB e sua aplicação ao direito tributário	58
2.1 Análise de casos concretos – decisões administrativas proferidas no âmbito do CARF.....	63
2.2 Análise crítica dos argumentos apresentados nas decisões administrativas.....	68
3. Conclusão	71
4. Referências.....	71

**Atuação Administrativa e Consensualidade: a Vinculação
do Ministério Público aos Requisitos, Cláusulas e Vedações
Descritos no Art. 26, da Lei nº 13.655/18, no Acordo Substitutivo
Envolvendo Atos de Improbidade Administrativa** 75

Fábio Henrique Cavalcanti Estevam

1. Considerações introdutórias.....	75
2. Bases históricas do paradigma da consensualidade no direito administrativo.....	77
3. A consensualidade no direito sancionador: fundamentos constitucionais para a superação da vedação do acordo em atos de improbidade administrativa	80
4. Parâmetros do acordo substitutivo envolvendo atos de improbidade administrativa	85
5. O “permissivo genérico”, previsto no art. 26, da LINDB.....	88
6. Conclusões	91
7. Referências.....	93

**Uma Análise do Art. 27 da Lei de Introdução às Normas do Direito
Brasileiro: o Dever de Compensação e o Acordo Processual.....95**

José Francisco Britto Fraga

1. Introdução	95
2. A instauração do processo e o dever de compensação	96
3. Compromisso processual e controle dos acordos regulatórios.....	101
4. Justificativa do projeto de lei e a jurisprudência	105
5. Considerações finais	106
6. Referências.....	107

**A Responsabilidade Pessoal do Agente
Público por Dolo ou Erro Grossoso** 111

Danilo Miranda Vieira

1. Introdução	111
2. O art. 28 da LINDB e seus elementos constitutivos.....	115
3. Críticas à exigência de “erro grosseiro” para a responsabilização dos agentes públicos	122
4. Conclusão	127
5. Referências.....	128

**A Amplitude do Dever de Motivação nas Consultas
Públicas a partir do Artigo 29 da Lei 13.655/2018.....131**

Valquíria Maria Novaes Menezes

1. Introdução	131
2.1 Fundamentos da participação na administração consensual.....	133
2.2 Novas bases de legitimação administrativa: a legitimação pelo procedimento da consulta pública.....	135
3. Críticas ao instituto da consulta pública e a realidade brasileira	136
4. Atividade normativa da Administração e a consulta pública: impactos do art. 29	137
4.1 A normatização como função administrativa e como processo	137

4.2 Espaço de discricionariedade versus resposta adequada à consulta pública: ônus argumentativo	139
5. Conclusão	141
6. Referências.....	142

O Papel dos Precedentes Administrativos no Disciplinamento Jurídico da Atuação da Administração Pública..... 147

Marina de Siqueira Campos Rebouças

1. Introdução	148
2. A segurança e a certeza jurídica no âmbito da Administração Pública ..	149
3. A aplicabilidade da sistemática dos precedentes à esfera administrativa brasileira.....	154
4. A previsão do art. 30 da LINDB e seus efeitos práticos no ordenamento jurídico brasileiro	160
5. Considerações finais	169
6. Referências.....	171